

## SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE RIO DO SUL E OS RECURSOS PÚBLICOS APLICADOS NA REGIÃO NO PERÍODO DE 2004 A 2007<sup>25</sup>

Msc. Luiz Alberto Neves<sup>26</sup>

### RESUMO:

O artigo em pauta apresenta uma perspectiva para a análise da atuação da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, no período de 2004 a 2007, em comparação com o período de 2000 a 2003, em relação a recursos recebidos do Estado pela região, composta pelos seguintes municípios: Agronômica, Braço Trombudo, Laurentino, Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Taió e Trombudo Central. Os diversos problemas regionais teoricamente não podem ser adequadamente examinados, sem adotar um tipo de enfoque centrado nos atores locais que observe como os diferentes grupos e categorias sociais percebem os processos e os problemas relacionados à região. O foco de atenção para deste artigo é o volume de recursos recebidos pela região após a implantação da SDR, a forma como será distribuído entre os municípios e qual o critério utilizado pelo Conselho de Desenvolvimento Regional no destino destes recursos. Utiliza-se a ótica de autores sobre o desenvolvimento regional para o entendimento de como a descentralização pode promover o desenvolvimento da região. Partindo-se deste marco teórico, apresentam-se dados relativos ao investimento do Estado na região que visa dinamizar a economia regional. Conclui-se que o volume de recursos aumentou consideravelmente para a região a partir da implantação da SDR embora pareça prevalecer a influencia política a direcioná-lo.

**Palavras-chave:** região, desenvolvimento regional, recursos do Estado.

---

<sup>25</sup> Artigo Científico apresentado no IV encontro de Economia Catarinense - APEC – Associação de Pesquisadores em Economia Catarinense em 30/04/2010.

<sup>26</sup> Bacharel em Ciências Econômicas e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau – FURB.

## **RIO DO SUL REGIONAL DEVELOPMENT DEPARTMENT AND PUBLIC RESOURCES APPLIED IN THE PERIOD FROM 2004 TO 2007**

### **ABSTRACT:**

This article presents a perspective for the analysis of the Rio do Sul Regional Development Department performance, in the period from 2004 to 2007, in comparison with the period from 2000 to 2003, in relation the resources received from state to region, composed of the following cities: Agronômica, Braço do Trombudo, Laurentino, Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Taió and Trombudo Central. Several regional problems theoretically cannot be adequately examined, without adopting a kind of centered approach in the local actors that observe as the different groups and social categories perceive the processes and the problems related to the region. The focus of the attention, this article is the volume of resources received for the region after the implantation of the regional development department, the form as it will be distributed among the cities and what the criterion used by board of regional development in the destination of these resources. It uses the authors' optics about the regional development to understanding as the decentralization can promote development of the region. From this historic point, it presents data relative investment of the state in the region that it aims at to speed up the regional economy. It concludes that the volume of resources increased considerably for the region from the implantation of the regional development department, though it seems to prevail the politic influence to direct it.

**KEY-WORDS:** Region, Regional Development, States Resources.

## **Introdução**

Este artigo objetiva mostrar os aspectos relevantes nas diferentes fases do desenvolvimento da região de Rio do Sul, dentro do entendimento da existência de dois momentos econômicos distintos neste processo, a saber: o período anterior à criação das Secretarias de Desenvolvimento Regional e, um seguinte, após a sua constituição. O estudo será feito através de pesquisa bibliográfica e documental, buscando os resultados obtidos em cada período.

Este estudo foi realizado na Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul e nas prefeituras que compõem esta região. O período de realização desta pesquisa deu-se entre os meses de outubro de 2008 a agosto de 2009.

Pretende-se com esta pesquisa verificar a importância da descentralização do governo no que se refere à democratização das ações sociais, os investimentos públicos, o comportamento dos representantes dos municípios que compõem uma SDR na condução do orçamento, verificar a possibilidade da influência destes na distribuição dos recursos e a forma como serão distribuídos, buscando respeitar as prioridades regionais.

Buscou-se identificar a relação entre os investimentos públicos e a região de Rio do Sul, antes e depois da criação da Secretaria de Desenvolvimento Regional, como se aplicam esses recursos, nas diversas fases, seus movimentos desenvolvimentistas, buscando responder se ela atendeu e atende as necessidades da região, identificando os benefícios e os entraves políticos para a sua realização.

Esta pesquisa tem por tema os investimentos públicos na região de Rio do Sul, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional. O estudo proposto abrange a (SDR) Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, as ações implementadas por esta secretaria no sentido de viabilizar investimentos públicos para os municípios da região que compõem esta secretaria.

Buscou-se as informações sobre os recursos recebidos na região através da coleta de dados junto à contabilidade das prefeituras municipais, referente ao período de 2000 a 2003 e no que se refere ao período de 2004 a 2007 a pesquisa foi feita no setor de contabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional.

## Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul

A Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, assim como as demais do Estado de Santa Catarina, foram criadas pelo atual governador, Sr. Luiz Henrique da Silveira, através da Lei nº 243 de 30 de janeiro de 2003 e, alterada pela Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005.

As Secretarias atuam como agências oficiais de desenvolvimento enquanto que os Conselhos de Desenvolvimento Regional (integrados pelos prefeitos e pelos órgãos da comunidade, que representem a força viva de cada micro-região), transformam-se no Fórum permanente de debates sobre os problemas locais; a escala de prioridade das ações, a integração Estado/Município/Universidade/Comunidade, no planejamento e execução de metas. Em seus próprios termos, “o governo tem que atuar numa permanente parceria com a sociedade, pois servi-la é sua única finalidade” (SANTA CATARINA, 1999, p.4).

Em março de 2003 os secretários regionais tomam posse coletiva, em evento realizado na capital do Estado de Santa Catarina. A efetiva instalação da SDR de Rio do Sul, com a posse do Secretário e Gerentes, se deu na data de 14 de maio de 2003. O evento proporcionou a inauguração da sede social da entidade, enquanto que a posse dos servidores se deu no parque de eventos Norberto Frahm, do Centro Universitário para o Desenvolvimento Alto Vale do Itajaí, UNIDAVI.

O Conselho de Desenvolvimento Regional é o coração da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional. Este conselho, com caráter deliberativo, integra representantes dos segmentos sociais e é o exemplo marcante da descentralização.

Descentralizar é retirar algo do centro e transferi-lo para lugar diverso do centro, cabe à administração direta, como atividade que lhe é própria, por natureza, a consecução dos serviços públicos. Por isso, transferem-se, retiram-se, outorgam-se e alijam-se serviços públicos da administração direta para a administração indireta somente, pois não se pode transferir, outorgar ou alijar aquilo que não se detém como próprio (CETRELLA JUNIOR, 1973, p. 87).

Cada secretaria regional possui seu próprio conselho, presidido pelo secretário regional. Nenhum projeto ou ação, convênio, financiamento ou parceria do Estado com qualquer município ou entidade é executado sem antes obter a aprovação do Conselho.

Isso significa que a decisão sobre a aplicação de todo o dinheiro do Estado e os rumos de seu plano de desenvolvimento está nas mãos destes grupos. Veiga (2002, p. 49) afirma: “o grande desafio está, portanto, em propor uma estratégia realista que possa

viabilizar uma factível transição de ações setoriais para uma articulação horizontal das intervenções”.

O Conselho se reúne de forma itinerante, em sistema de rodízio entre os municípios, pelo menos uma vez por mês. Em cada cidade por onde passa, a comunidade pode acompanhar as discussões, porém sem direito a voto e veto a projetos e, sempre que possível o próprio governador ou o vice participa das reuniões.

A participação, segundo Turnes (2004, p. 13), é um processo coletivo compartilhado de conhecimento e de tomada de decisão sobre o futuro da sociedade, assegurando o desenvolvimento de todos os atores sociais e a interação dos saberes popular e técnica, estimulando a organização social e a consciência cidadã.

Além desses representantes municipais, o grupo conta com o apoio de outros três conselheiros que representam o Estado: dois da área de segurança pública e um do setor fazendário. Estes, porém, não têm direito a voto durante as deliberações.

Para Claudia Siebert (2001, p. 159), é interessante notar que a intimidade com a região faz com que os Fóruns Regionais prescindam dos extensos diagnósticos comuns nos planos estatais, substituindo-os pela vivência e conhecimento dos problemas como forma de embasar a elaboração de projetos voltados para o desenvolvimento regional.

Os cargos que compõem o Conselho de Desenvolvimento Regional não são remunerados. Como o cargo de Secretário de Desenvolvimento Regional é um cargo político, prevalece à mesma filosofia para os demais como já é hábito em todas as contratações dos estados e municípios.

### **Localização e caracterização histórico-geográfica dos municípios que compõem a SDR de Rio do Sul**

Considerando que o tema da pesquisa aqui proposta e a dinâmica da atuação da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, é preciso conhecer as características dos municípios que compõem a SDR.

A área da SDR de Rio do Sul localizada no Alto Vale do Itajaí é formada por doze municípios de características semelhantes principalmente considerando-se o modelo de colonização européia, alemã e italiana preponderantemente. A maioria dos municípios, com

exceção de Rio do Sul, tem a agricultura como base econômica destacando-se a cultura do arroz, fumo, mandioca e a pecuária.

**Tabela 1 – Dados históricos dos municípios da SDR de Rio do Sul**

Município	Origem	Data de Colonização	Data de Emancipação	Principal Atividade Econômica
Agronômica	Alemã / Italiana	1909	1964	Rizicultura
Braço do Trombudo	Alemã	1920	1991	Agropecuária / Indústria
Laurentino	Alemã / Italiana	1911	1962	Agricultura
Mirim Doce	Alemã / Italiana	1912	1991	Agricultura
Pouso Redondo	Alemã / Italiana	1893	1958	Agricultura e Indústria Cerâmica
Rio do Campo	Alemã / Italiana	1923	1961	Agricultura, Indústria e Comércio
Rio do Oeste	Italiana	1912	1958	Agropecuária
Rio do Sul	Alemã / Italiana	1892	1930	Indústria, Com. E Serviços
Salete	Alemã / Italiana	1925	1961	Agricultura e Indústria
Santa Terezinha	Polonesa e Ucraniana	1910	1991	Agropecuária
Taió	Alemã / Italiana	1904	1948	Agropecuária e Indústria
Trombudo Central	Alemã / Italiana	1904	1.958	Agropecuária

Fonte – <http://www.rsl.sdr.sc.gov.br>.

A tabela 1 apresenta dados históricos como: origem, fundação, emancipação e principal atividade econômica dos municípios da região da SDR de Rio do Sul.

### **Os recursos públicos na região de rio do sul antes da implantação da SDR de 2000 a 2003.**

A área da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, assim como em outras áreas, antes da implantação da SDR mantinha o ritual de busca de recursos públicos estaduais pelos caminhos até então percorrido por todos os municípios do Estado de Santa Catarina. As alternativas que se apresentavam eram: fazer lobby junto aos deputados da região, viagens até a capital peregrinando por secretarias, gabinetes de deputados ou em audiências com o governador.

Muitas vezes nenhuma das alternativas surtia efeito, principalmente se não houvesse sintonia política entre o prefeito e o governador, ou seja, se o prefeito fizesse parte do partido

do governo ou da base de apoio as possibilidades seriam melhores. Esta teoria é voz corrente em todas as prefeituras da região da SDR de Rio do Sul.

Tabela 2 – Recursos recebidos pelos municípios da SDR de Rio do Sul de 2000 a 2003

<b>Município</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Total</b>
Agronômica	67.848,04	44.487,36	214.168,17	40.491,23	366.994,80
Braço Trombudo	-	-	-	10.000,00	10.000,00
Laurentino	31.023,68	-	35.000,00	-	66.023,68
Mirim Doce		1.114,55	86.537,19	1.595,81	89.247,55
Pouso Redondo	-	-	30.449,17	79.332,70	109.781,87
Rio do Campo	195.000,00	75.078,89	100.000,00	64.000,00	434.078,89
Rio do Oeste	36.758,14	12.225,15	90.158,08	59.930,00	199.071,37
Rio do Sul				70.000,00	70.000,00
Salete	-	20.000,00	295.519,00	-	315.519,00
Santa Terezinha	-	-	-	89.000,00	89.000,00
Taió	-	-	-	237.110,00	237.110,00
Trombudo Central	15.000,00	79.000,00	117.500,00	32.000,00	243.500,00
<b>Total</b>	<b>345.629,86</b>	<b>231.905,95</b>	<b>969.331,61</b>	<b>683.459,74</b>	<b>2.230.327,16</b>

Fonte: Dados coletados junto à Contabilidade das prefeituras dos municípios da SDR de Rio do Sul

Na tabela 1 apresenta-se a evolução dos recursos do estado distribuídos aos municípios que compõem a SDR da região de Rio do Sul de 2000 a 2003 e o valor total. No período de 2000 a 2003, não havia uma instituição governamental regional que centralizasse as solicitações dos municípios em relação a recursos para investimentos e obras.

Os municípios dependiam do trabalho dos parlamentares da região, sintonia partidária com o governo do Estado, influência política por parte de grupos empresariais, sindicais, pois não havia uma entidade local organizada que se solidarizasse com as demandas municipais. Milton Santos (1993) em sua obra *A Urbanização Brasileira*, expõe que a região deixa de ser um produto da solidariedade orgânica localmente tecida, para tornar-se resultante da solidariedade organizacional.

O fluxo de recursos para os municípios que, no presente momento, fazem parte da região da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, mostra claramente esta realidade.

A sintonia partidária, neste período, tem um peso muito forte na relação município/estado. Os municípios governados por partidos da oposição, com raras exceções, como Rio do Campo, por exemplo, receberam poucos recursos em relação aos que faziam parte dos partidos da base de apoio ao governo da época. Compor os partidos da base de apoio não significou receber muito, porém, ser oposição, foi fundamental para receber muito menos.

## Os recursos públicos na região de Rio do Sul viabilizados pela SDR de 2004 a 2007

A Secretaria de Desenvolvimento Regional da região de Rio do Sul, implantada ainda no ano de 2003, após cumprir todos os trâmites burocráticos e, principalmente políticos que antecede a um evento desta proporção, passa a operar, definitivamente, em 2004. A partir de sua implantação a SDR passa a ser o ponto de referência para os municípios que compõem a região, em relação a tudo que envolve o governo do estado e os municípios.

Foi nomeado como primeiro secretário de desenvolvimento da região de Rio do Sul, Ernani Dutra vinculado ao PMDB, partido do governo do estado de Santa Catarina e, o município de Rio do Sul passa a ser a cidade sede da SDR da região. Os recursos financeiros passam a ser solicitados pelos municípios através de projetos, discutidos e aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Regional em assembleias realizadas de acordo com o calendário pré-estabelecido.

Tabela 3 – Recursos recebidos pelos municípios da SDR de Rio do Sul de 2000 a 2003

Município	2004	2005	2006	2007	Total
Agronômica	69.013,32	71.461,84	64.096,82	62.070,45	266.642,43
Braço do Trombudo	20.610,00	21.847,78	15.505,56	23.381,13	81.344,47
Laurentino	50.130,00	47.857,77	116.380,01	238.220,45	452.588,23
Mirim Doce	14.085,54	11.635,58	17.098,66	14.085,54	56.905,32
Pouso Redondo	67.676,16	92.252,97	165.381,12	436.975,55	762.285,80
Rio do Campo	66.536,80	67.791,85	90.550,87	111.884,47	336.763,99
Rio do Oeste	19.720,00	56.853,12	33.929,97	55.882,63	166.385,72
Rio do Sul	72.240,00	2.843.605,40	1.462.464,00	238.285,74	4.616.595,14
Salete	45.180,00	154.972,47	311.231,12	324.694,69	836.078,28
Santa Terezinha	113.379,24	112.356,45	93.276,33	121.832,13	440.844,15
Taió	101.520,00	147.150,88	118.265,58	189.417,72	556.354,18
Trombudo Central	16.400,00	31.242,90	58.866,67	64.350,28	170.859,85
Total	656.491,06	3.659.029,01	2.547.046,71	1.881.080,78	8.743.647,56

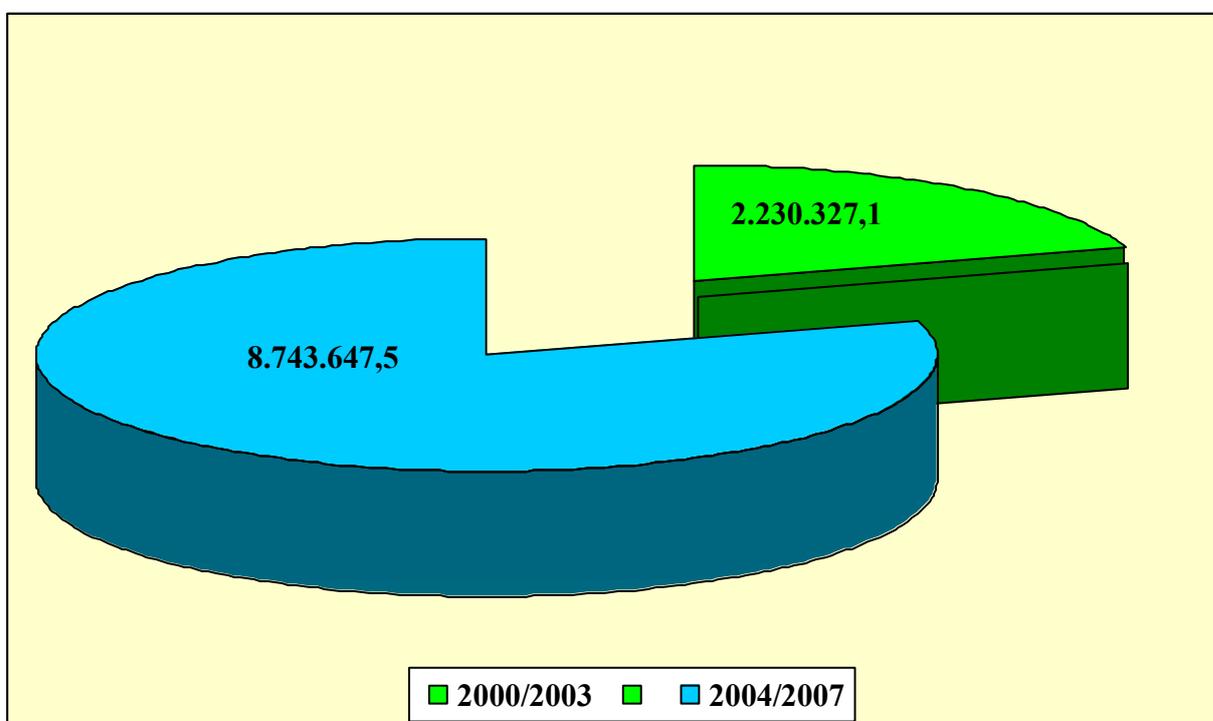
Fonte: Elaborado com dados coletados junto à Contabilidade da SDR de Rio do Sul

A tabela 3 apresenta a evolução dos recursos do estado distribuídos aos municípios através da SDR da região de Rio do Sul de 2004 a 2007. Ao contrário do período anterior pode-se observar que o destino dos recursos muda totalmente de direção. A maioria esmagadora, dos recursos, destina-se ao município de Rio do Sul.

Não há como dissociar o fim do mandato do PT no município e a ascensão ao poder do candidato do DEM, partido da base do governo estadual no momento. Na contramão vem o município de Braço do Trombudo, Mirim Doce, principalmente, e Rio do Oeste.

Braço do Trombudo, curiosamente, embora no período o prefeito seja filiado ao PMDB, no primeiro período, recebe recursos mínimos e em 2007 quando o prefeito eleito pertence ao PP, partido de oposição ao governo, o quadro até que melhora. Já Mirim doce é o município que menos recursos recebeu no período. Pouso Redondo e Salete também são bastante valorizados em relação aos demais municípios, a partir de 2004 os prefeitos destes municípios fazem parte da base de apoio ao PMDB.

O gráfico 1 apresenta, resume e compara os dados das tabelas 2 e 3, demonstrando que, no período pós-implantação da SDR da região de Rio do Sul, os municípios que compõem esta regional foram contemplados com um volume de recursos em valores superiores ao período anterior.



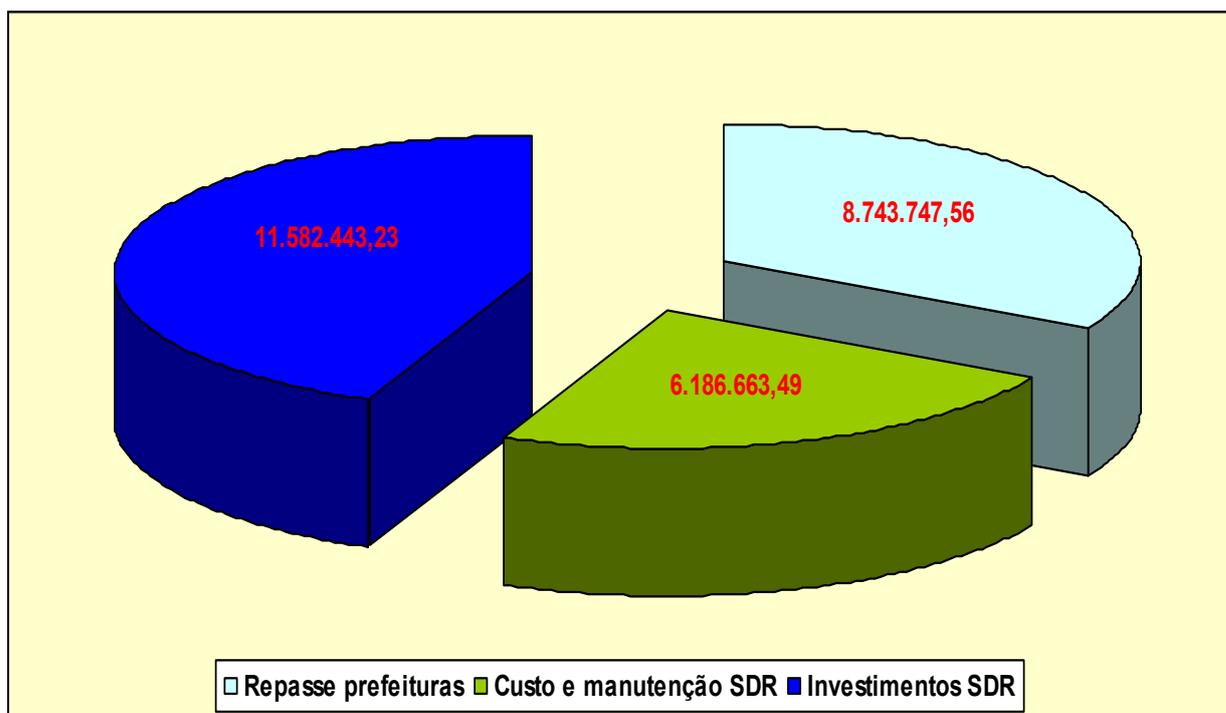
**Gráfico 1 - Comparativo recursos recebidos pelas prefeituras da região da SDR de Rio do Sul de 2000 a 2003 do Estado e de 2004 a 2007 da SDR**

Fonte: Contabilidade das Prefeituras de 2000 a 2003 e SDR de Rio do Sul de 2004 a 2007

Os valores que se referem ao período de 2000 a 2003 foram informados pelas contabilidades das prefeituras municipais. O período de 2004 a 2007 as informações foram obtidas na contabilidade da SDR de Rio do Sul e se referem aos valores distribuídos pela secretaria aos municípios da região.

O gráfico 2 apresenta o total de recursos utilizados pela SDR de Rio do Sul, no período de 2004 a 2007. O valor total de recursos, R\$ 26.512.854,28, conforme consta no site

da Secretaria da Fazenda foi distribuído ao longo dos quatro anos da seguinte forma: R\$ 8.743.747,56 aos municípios que integram a SDR através dos projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento regional, encaminhados às secretarias setoriais e liberados aos municípios via SDR, vinculados aos projetos contemplados.

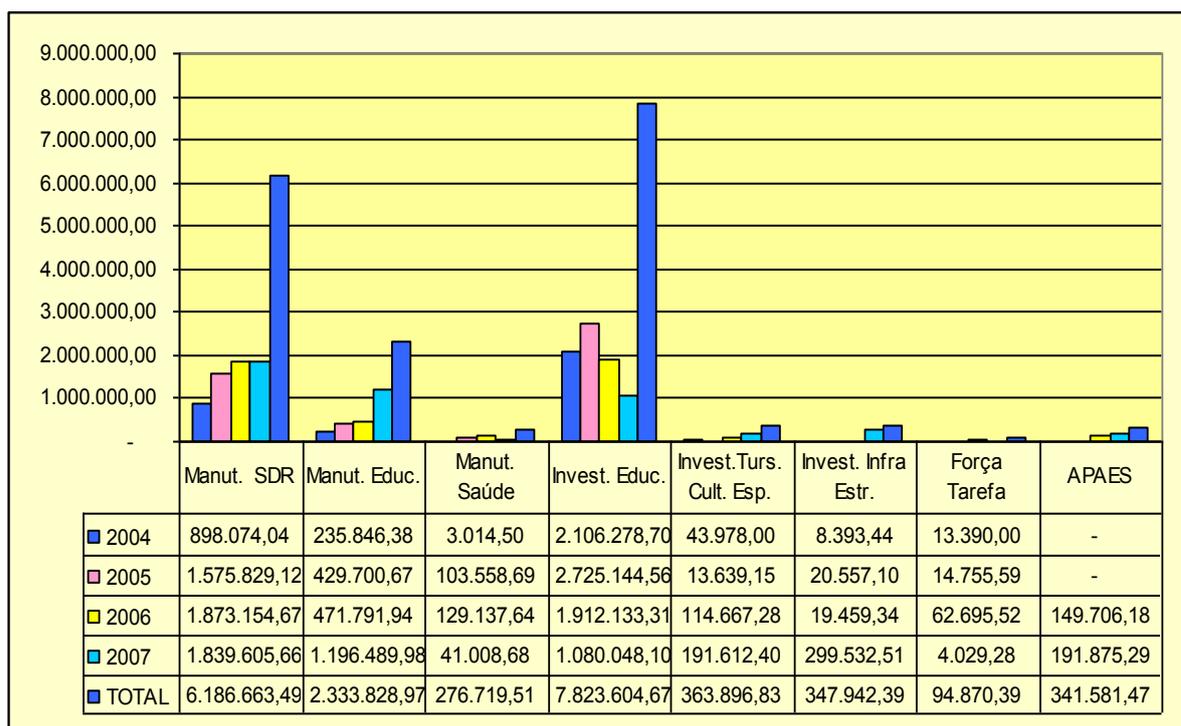


**Gráfico 2 - Recursos administrados pela SDR de Rio do Sul de 2004 a 2007**

Fonte: Contabilidade da SDR de Rio do Sul

O valor de R\$ 6.186.663,49 refere-se ao custo de manutenção da estrutura da SDR no período dos quatro anos, já o valor de R\$ 11.582.443, 23, são recursos investidos na região, através da SDR é não especifica os municípios, já que se refere ao custo total de manutenção da estrutura administrada pela SDR e outros investimentos.

No gráfico 3 é apresentado o destino dos recursos da SDR que não são distribuídos às prefeituras da região no período de 2004 a 2007. Os recursos são utilizados para a manutenção da estrutura da SDR, assim como ocorre com as despesas comuns a todas as empresas, sejam públicas ou privadas, como: folha de pagamento, material de expediente, combustíveis, reposição de equipamentos, investimentos em recursos humanos, viagens etc.



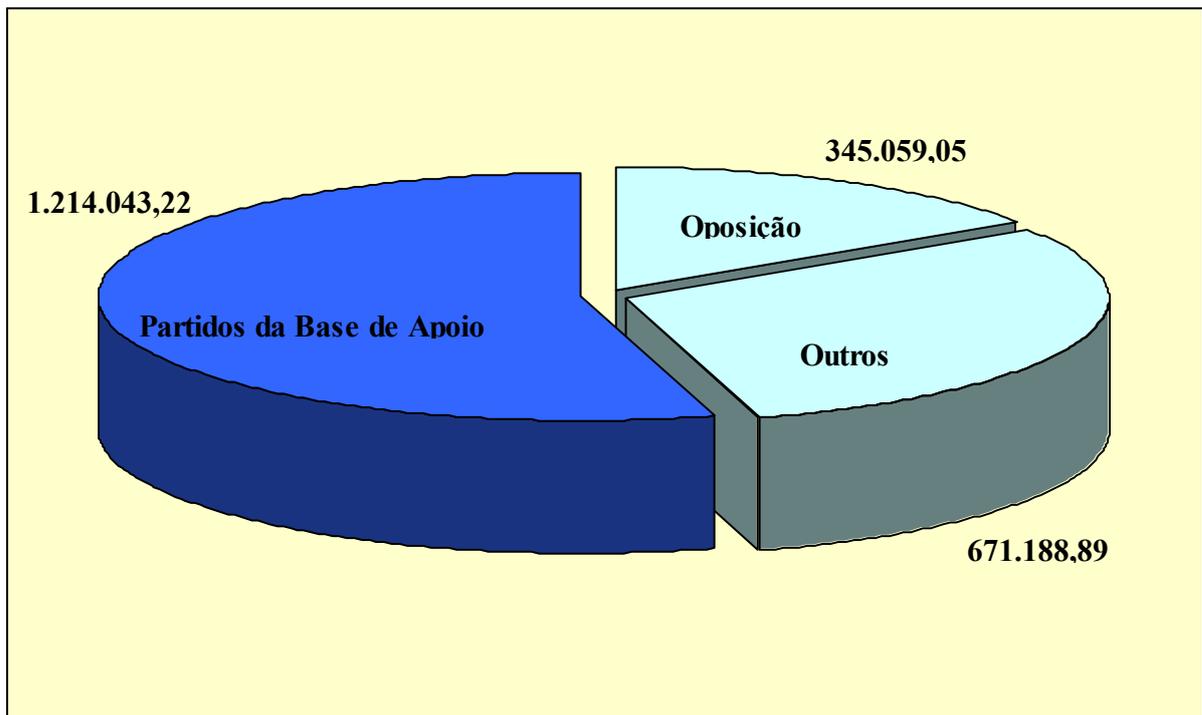
**Gráfico 3 - Destino dos recursos da SDR de Rio do Sul de 2004 a 2007**

Fonte: dados pesquisados na Contabilidade SDR de Rio do Sul e site da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

É obrigação também da SDR a manutenção da estrutura da educação e saúde. No período foram feitos investimentos na educação incluindo reformas e ampliações das escolas em valores significativos, além de repasses para as APAEs da região e investimentos em cultura, esporte, turismo e infraestrutura, principalmente recuperação de malha viária. Estes valores não são registrados individualmente para os municípios, pois se tratam de custos de responsabilidade do estado.

O item Força Tarefa refere-se a investimentos em eventos de caráter esportivo, social, visando o desenvolvimento regional promovendo campanhas de prevenção à saúde, atividades sociais e culturais.

O gráfico 4 apresenta os recursos do Estado destinados aos municípios que compõem a SDR de Rio do Sul no período de 2000 a 2003, considerando apoios e afinidades políticas conforme discriminação por município na tabela 2.

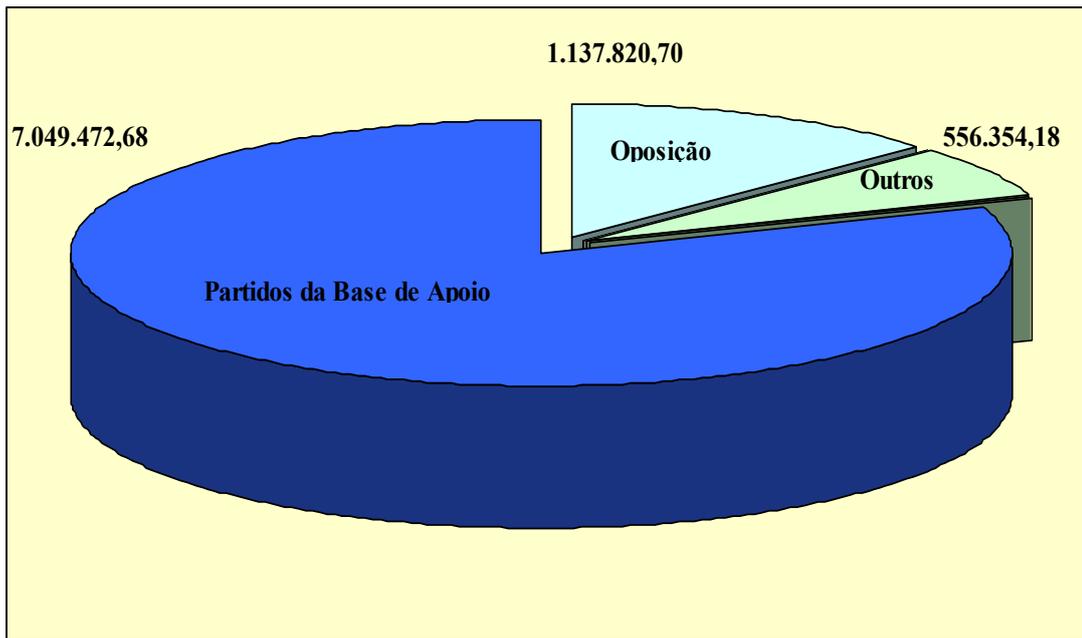


**Gráfico 4 - Destino político dos recursos recebidos do Estado pelas prefeituras da região da SDR de Rio do Sul de 2000 a 2003**

Fonte: Elaborado com dados fornecidos pela Contabilidade das Prefeituras dos Municípios da SDR de Rio do Sul

Os dados demonstram que o apoio ao governo propiciou recursos em valores consideravelmente superiores aos da oposição e outros, que correspondem a municípios que fizeram parte, tanto da base de apoio, quanto da oposição já que no período houve uma eleição municipal.

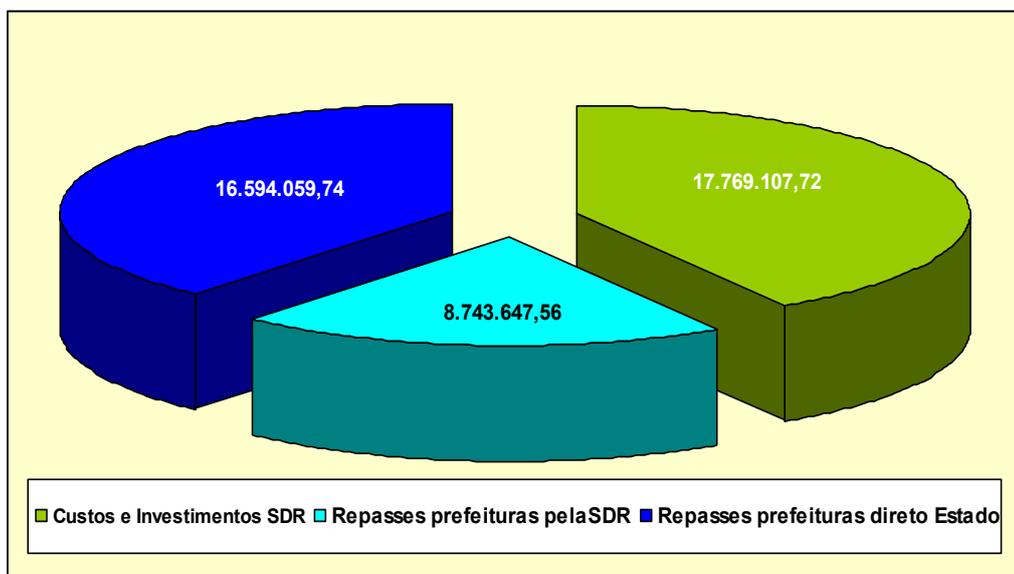
O gráfico 5 apresenta os recursos destinados às prefeituras dos municípios que compõem a SDR de Rio do Sul no período de 2004 a 2007. Observa-se que os municípios da base de apoio ao Governo do Estado, conforme discriminação por município na tabela 3, receberam recursos em valores superiores aos opositores e outros que fizeram parte, tanto da base de apoio, quanto da oposição já que no período também houve uma eleição municipal.



**Gráfico 5 - Destino político dos recursos recebidos da SDR pelas prefeituras da região da SDR de Rio do Sul de 2004 a 2007**

Fonte: Contabilidade da SDR de Rio do Sul

O gráfico 6 apresenta dados sobre os recursos recebidos pelos municípios da região da SDR de Rio do Sul, onde além dos valores recebidos via secretaria, utiliza-se de outros mecanismos para receber recursos do estado. Trata-se de convênios firmados diretamente com o governo.



**Gráfico 6 - Recursos recebidos pelos municípios da SDR de Rio do Sul de 2004 a 2007**

Fonte: dados pesquisados na Contabilidade SDR de Rio do Sul e site da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

No período de 2004 a 2007 os valores dos convênios diretos entre municípios e estado, surpreendem em termos de valores totais chegando a quase o dobro dos valores recebidos via SDR. Os recursos recebidos diretamente do governo não passam pelo crivo da SDR já que as prefeituras recebem direto do governo do Estado

O gráfico 7 apresenta o destino dos recursos dos convênios diretos do estado com os municípios destacando os mais beneficiados. Estes valores referem-se à diferença entre o que foi informado como recebido pelos municípios, menos os valores distribuídos pela SDR. Surpreende o valor dos recursos recebidos pelo município de Rio do Sul, no período, superando o total distribuído pela SDR de Rio do Sul aos municípios da região de 2004 a 2007.

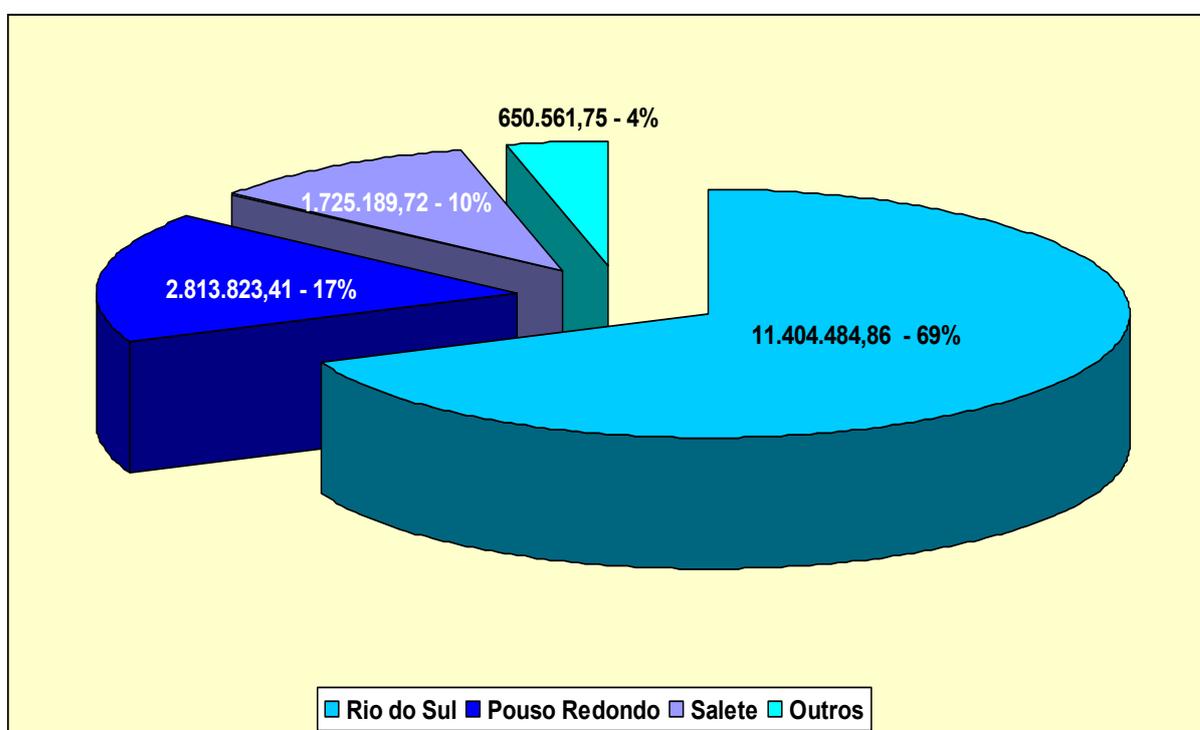


Gráfico 7 – Destino dos recursos diretos do Estado aos municípios da SDR de Rio do Sul de 2004 a 2007

Fonte: dados pesquisados na contabilidade das prefeituras da região

Embora Rio do Sul seja o município que mais se destaca na região, pela população, indicadores econômicos etc., o recebimento de 69% do total, repassado direto pelo Estado, deixa dúvidas sobre a influência política e privilégio em relação aos demais municípios que compõem a região.

Dentro do mesmo raciocínio os municípios de Pouso Redondo e Salete também foram bastante beneficiados, conforme mostram os percentuais, 17% e 10% respectivamente, sobrando apenas 4% para os demais municípios.

Vale ressaltar que os três municípios mais beneficiados pelos convênios diretos, do estado para os municípios, são governados por partidos aliados ao governador, porém não são os únicos nesta condição.

## **Considerações finais**

A descentralização das ações dos governos sempre fez parte das aspirações das regiões do Estado, a criação de uma estrutura avançada do governo, nos moldes das hoje, Secretarias de Desenvolvimento Regional e, em Rio do Sul, não foi diferente dos demais municípios de Santa Catarina.

Em relação ao Conselho de Desenvolvimento Regional, órgão deliberativo da secretaria, percebeu-se que dos membros que devem representar a sociedade, na verdade, dois são nomeados pelos prefeitos municipais, demonstrando que a sociedade participa apenas em parte das decisões.

Neste contexto pode-se afirmar que a SDR não influencia diretamente na distribuição dos recursos aos municípios. A liberação de recursos depende do poder de barganha dos prefeitos junto às lideranças políticas da região, quando da tramitação do processo nas secretarias setoriais.

Este artigo mostrou que o volume de recursos financeiros direcionados à região da SDR de Rio do Sul, no período pré-implantação da SDR foi inferior aos valores pós SDR. Os recursos recebidos, pelos municípios no primeiro período, equivalem a pouco mais de 10% dos valores do período posterior à implantação da SDR.

Esta pesquisa mostrou que no primeiro período analisado o município de Rio do Sul, hoje sede da SDR, mesmo sendo o mais importante da região, em relação à população, PIB e etc., recebeu poucos recursos do governo do estado, assim como outros municípios também governados pela oposição ao partido do governo do estado. A questão política, no período até 2003, tem peso significativo no relacionamento entre municípios e governo do estado.

Pode-se afirmar que em valores absolutos a região, da SDR de Rio do Sul, passou a ser mais valorizada após a implantação da secretaria, fazendo-se uma análise dos valores totais, embora individualmente, alguns municípios tenham sido privilegiados em detrimento de outros, sem as devidas explicações.

Neste contexto ficou evidenciada a importância do apoio político às demandas regionais na busca de recursos. Não são as prioridades locais que determinam a possibilidade de liberação de recursos para os projetos solicitados, mas sim a capacidade de articulação

política do solicitante apesar de a descentralização ter como meta, teoricamente, fortalecer e consolidar a democracia.

Segundo Celina (1998), esse aspecto mostra que a descentralização não ocorre em um vazio político e econômico, mas que seus resultados são altamente influenciados pelo contexto preexistente.

Para alguns municípios as mudanças não significaram uma situação favorável em relação ao período anterior, pois se mantiveram na oposição política e o resultado foi um volume baixo de recursos no período pós SDR. Outros passaram a ser supervalorizados, pode-se citar como exemplo mais marcante o município sede da SDR, Rio do Sul.

Este artigo mostra que entre o discurso para a implantação do projeto de descentralização e o rumo tomado pelo governo a partir de sua concretização, contraria na prática a teoria. A promessa de governar com as lideranças regionais, os atores locais e a sociedade formalmente constituída, está sendo cumprida apenas em parte. O criador não respeita a criatura, o governo ao manter convênios direto com os municípios para o envio de recursos em montante superior aos distribuídos pela SDR às prefeituras, conforme mostrado, desautoriza e desprestigia a SDR, transformando-a numa autarquia como tantas outras já existentes rasgando assim o discurso inflamado da campanha de descentralização da administração pública no estado.

Conclui-se que a descentralização foi, sem sombra de dúvidas, uma feliz idéia de democratizar a administração pública, apesar de que em sua essência não se materialize. Há equívocos, tanto por parte de seus idealizadores que continuam mantendo o poder centralizado, quanto por parte das organizações descentralizadas, principalmente na atuação do conselho de desenvolvimento regional, quando da análise e aprovação das demandas municipais, ao aprovar sistematicamente todos os projetos de solicitação de recursos dos municípios, sem considerar o orçamento do estado.

## REFERÊNCIAS

CETRELLA JUNIOR, José. **Empresa pública**. São Paulo: Bushatsky, 1973.

RANDOLPH, Rainer, REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. **A Nova Perspectiva do Planejamento Subversivo e Suas (Possíveis) Implicações para a Formação do Planejador Urbano e Regional – O Caso Brasileiro**. Universidad Barcelona. 2008.

\_\_\_\_\_. Tratado de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1967, v. 3.

SANTA CATARINA, (1999/2002: Governador Esperidião Amin/Paulo Bauer) **Plano de Governo**. Florianópolis: Secretaria, 1999.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SIEBERT, Claudia Freitas. **Panorama do Planejamento Regional em Santa Catarina: Da centralização à construção da solidariedade Regional** - Blumenau: Ed. da FURB, 2001.

SOUZA, Celina. **Intermediação de Interesses Regionais no Brasil: O Impacto do Federalismo e da Descentralização**. v. 41 n. 3, Rio de Janeiro: 1998.

THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. **Planejamento e desenvolvimento desigual em Santa Catarina**. Anais do 7º Colóquio de Transformações Territoriais. Curitiba: 2008.

TURNES, V.; ROSA, S. L. C.; TEIXEIRA, J. P.; REBESCHINI, P. R.; JORDAN, A. G.; PIRES, A.; DAMO M. S. **Projeto Meu Lugar**. Transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento. Florianópolis: 2004.

VAINER, C. B. As escalas do Poder e o Poder das Escalas: O Que Pode o Poder Local? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2001, Rio de Janeiro: **Anais: Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço**. v. 1. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

VAINER, C. B; SMOLKA, M.O. Em tempos de liberalismo: Tendências e desafios do planejamento urbano no Brasil. In: PIQUET, R; RIBEIRO, A.C.T. (org). **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

VEIGA, José Eli, **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.